

## O arcabouço da expansão fiscal

Rogério L. Furquim Werneck\*

É natural que muitos analistas tenham ficado perplexos diante da proposta de arcabouço fiscal anunciada pelo governo. O que se esperava eram regras que pudessem substituir o teto de gastos, uma contenção draconiana de dispêndio concebida para lidar com o descalabro fiscal de 2016.

A expressão ajuste fiscal tem conotação inequívoca em economia. Designa medidas de consolidação das contas públicas, seja por meio de contenção de despesas, seja por elevação da receita, seja pela combinação das duas medidas. Por consolidação fiscal, é óbvio, entendem-se iniciativas que tornem as contas públicas mais sólidas.

A verdade, contudo, é que não há como enxergar na proposta de arcabouço fiscal algo que, mesmo remotamente, possa ser associado à ideia de ajuste fiscal. Na contramão da consolidação que se esperava, o que o governo vislumbra é um amplo e ostensivo programa de expansão fiscal, que, se levado adiante, tornará as contas públicas muito menos sólidas do que já são.

Para que a leitora perceba com mais clareza a perplexidade de que foi tomada a maior parte dos analistas, vale imaginar a surpresa de um médico que, há anos, vinha insistindo, sem sucesso, com um cliente, que levasse a sério o grave problema de obesidade que lhe afligia. Um belo dia, o cliente apareceu em seu consultório para lhe informar que, afinal, decidira seguir à risca um regime alimentar. Mas, para seu grande espanto, o médico constatou, aos poucos, ao longo da conversa com o cliente, que, na verdade, se tratava de um regime para engordar!

Na esclarecedora entrevista – disponível no YouTube – que deu ao programa *WW*, de William Waack, na CNN Brasil, em 30 de março – dia em que a proposta do novo arcabouço fiscal veio a público –, o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Gabriel Galípolo não deixou margem a dúvidas sobre o espírito do que tinha sido proposto.

Pressionado pelos entrevistadores, Galípolo foi mais do que claro. “Ajuste fiscal é uma expressão que a gente jamais usou”. O que se concebeu foi “um arcabouço fiscal que contemplasse o programa de governo do presidente Lula” que, como é bem sabido, exige forte expansão de dispêndio público.

É disso que se trata. Para muita gente, essa ficha ainda não caiu. Não falta quem ainda continue em busca do suposto ajuste fiscal que estaria envolvido na proposta do novo arcabouço.

A ideia é que a expansão de gastos seria bancada por elevação de carga tributária. Mas ainda assim haveria aumento expressivo do endividamento público. Para quebrar resistências à proposta, o governo assegura que a elevação de carga tributária se daria “sem aumento de alíquotas ou criação de impostos novos”, como tentou tranquilizar o secretário na mesma entrevista.

Sem denotar nenhuma preocupação, Galípulo reconheceu que “talvez o nível da dívida suba”. Quanto a isso, não resta a menor dúvida. O “talvez” era dispensável. O aumento do endividamento seria simples decorrência lógica do arcabouço de expansão fiscal. Em meio ao emaranhado de pisos e tetos de expansão previstos nas regras propostas, basta ter em conta que o governo se comprometeria a manter o déficit primário em cerca de 1% do PIB neste ano, baixá-lo a zero em 2024 e convertê-lo em superávits de 0,5% do PIB, em 2025, e de 1% do PIB, em 2026.

Mesmo que tais metas fossem estritamente alcançadas ao longo do atual mandato presidencial, os resultados primários seriam mantidos, ano após ano, muito aquém do superávit requerido para impedir que a dívida aumentasse como proporção do PIB. A adoção do arcabouço fiscal proposto implicaria elevação substancial do endividamento público ao longo dos próximos quatro anos.

Entre 2010 e 2016, a dívida pública saltou de cerca de 52% do PIB para quase 70% do PIB. Todo cuidado é pouco. Será lamentável se, menos de sete anos após o descalabro fiscal de 2016, o Congresso der ao novo governo sinal verde para outra expansão desmedida de gastos que dê lugar a mais um grande surto de endividamento público.

---

\* Rogério L. Furquim Werneck, economista, doutor pela Universidade Harvard, é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio.